

JUVENTUDE RURAL E PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA-PR

Mario Zasso Marin¹

Resumo

O trabalho a seguir teve por objetivo entender a pluriatividade a partir da presença de agroindústrias familiares e seus impactos na agricultura familiar de Guarapuava-PR, em geral e nos jovens rurais, em particular. Utilizou-se da pesquisa qualitativa e as técnicas de pesquisa foram a bibliográfica e a pesquisa de campo através de entrevistas. A pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não agrícolas (dentro ou fora do estabelecimento). O estímulo às agroindústrias familiares no município de Guarapuava surgiu em 2013, a partir do Programa Vida Rural, da Secretaria da Agricultura. Atualmente existem 15 agroindústrias familiares legalizadas (panificados, embutidos, mel, queijo e galinha caipira). Apesar da presença de jovens nas agroindústrias familiares, a mão de obra ainda é predominantemente de homens e mulheres adultos ou já idosos. A inclusão efetiva dos jovens rurais ainda depende da assistência técnica e de políticas públicas.

Palavras-chave: Agroindústrias familiares, Reprodução socioeconômica, Políticas Públicas.

Introdução:

A falta de perspectivas, sobretudo entre as famílias rurais mais pobres, tem diminuído a intenção dos jovens em permanecer no espaço rural. Entretanto, a população que mais tem deixado o espaço rural foi a jovem, mais precisamente as mulheres, formando em muitas áreas do espaço rural brasileiro uma população masculinizada, além de indícios ao envelhecimento da população rural. Para Brumer (2007) e IBGE (2006), acorda-se na consideração da faixa etária de 15 a 24 anos, de modo geral, como o período da juventude. Os jovens de 15 a 24 anos representam 18,40% de toda a população rural brasileira e 17,11% da população rural de Guarapuava-PR (IBGE, 2010).

Em Guarapuava, área de estudo desta pesquisa, a população rural com 60 anos ou mais representa 9,80% do total da população rural do município, sendo 603 mulheres (42,91%) e 802 homens (57,08%), que indica, sobretudo, um histórico de masculinização (IBGE, 2010). Para Anjos, Caldas e Costa (2006), o envelhecimento está associado tanto ao aumento da expectativa de vida, quanto à redução absoluta e relativa da participação da população jovem.

¹ Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro/Guarapuava. E-mail: mariozassomarin@yahoo.com.br

O município de Guarapuava (figura 1) está localizado na Mesorregião Centro-Sul paranaense e foi instalado em 12 de abril de 1871, desmembrando-se do município de Castro. A área territorial do município, o maior do Paraná, é de 3.177,598 km². Possui 167.328 habitantes e destes 8,57% ocupam o espaço rural. Há 2.453 jovens residindo no meio rural de Guarapuava. Predominam os rapazes, com 51,81% (IBGE, 2010). De acordo com o IBGE (2006), dos 2.741 estabelecimentos agropecuários de Guarapuava, 64,25% são familiares, mas que ocupam apenas 12,39% da área (figura 2). A concentração fundiária em Guarapuava se explica, dentre outros motivos, pelo modo de ocupação da terra a partir do início do século XIX, caracterizado por sesmarias. As unidades de produção familiar no município estão localizadas nas porções a nordeste, leste e sudeste.

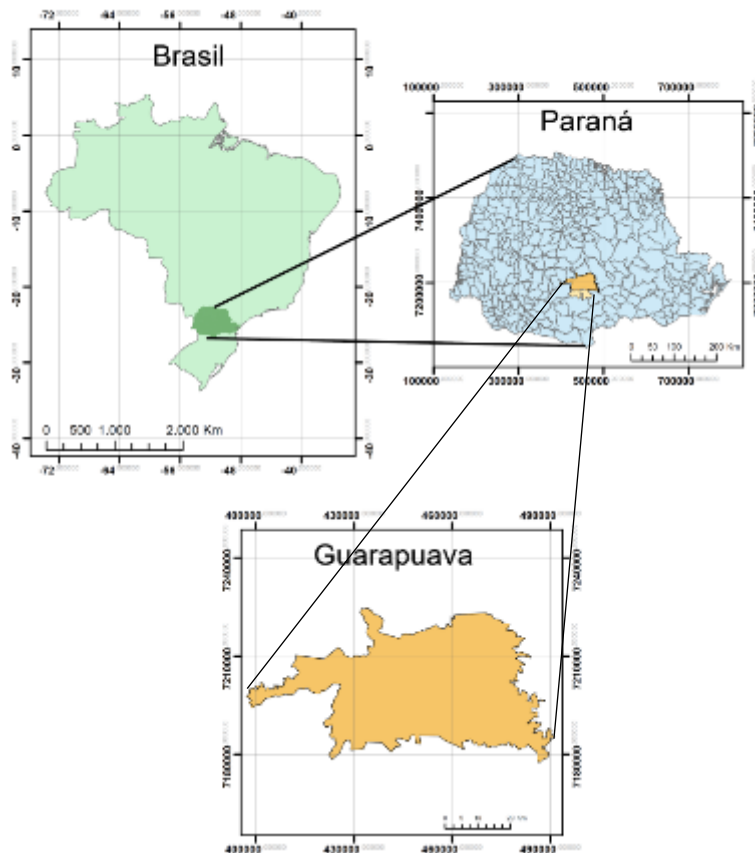
O objetivo deste trabalho foi entender o fenômeno da pluriatividade a partir da presença de agroindústrias nas unidades de produção familiar e seus impactos na agricultura familiar de Guarapuava, de modo geral e nos jovens rurais, em particular. No que refere-se à reprodução/valorização/manutenção da agricultura familiar no município de Guarapuava-PR aponta-se a importância do jovem rural. Serão eles que, potencialmente, darão continuidade ao patrimônio fundiário dos pais.

Referencial teórico:

A permanência dos jovens no espaço rural está condicionada a uma série de fatores, dentre eles, o desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas que atendam a suas necessidades sociais e econômicas. Schneider (2003) considera atividades não agrícolas aquelas atividades (dentro e fora da propriedade) que não implicam no envolvimento direto nos processos de produção vegetal e/ou animal.

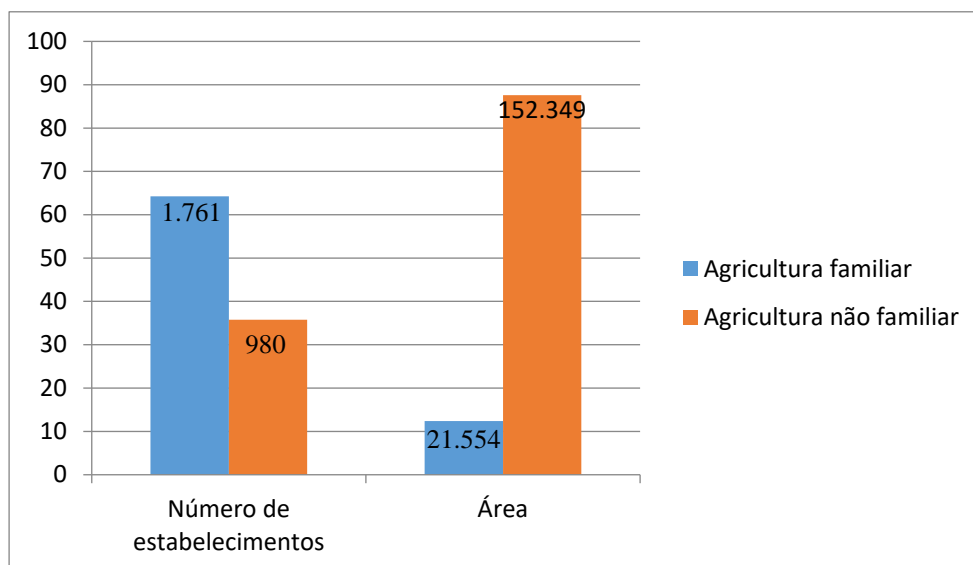
O fenômeno caracterizado pela combinação de múltiplas inserções ocupacionais (rurais ou urbanas) das pessoas que pertencem a uma mesma família é denominado de pluriatividade (SCHNEIDER, 2003, p. 174). Alentejano (1999) considera a pluriatividade como “diversificação das formas de organização na agricultura, com multiplicação de estratégias complementares de reprodução dos agricultores”.

Figura 1: Mapa de localização do município de Guarapuava-PR



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapuava.

Figura 2- Número e área dos estabelecimentos agropecuários (em hectares) com agricultura familiar e não familiar em Guarapuava-PR.



Fonte: IBGE, Censo agropecuário (2006).

Segundo Anjos (2003 apud MARAFON e RIBEIRO, p. 116):

A pluriatividade remete a um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem se desenvolver no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração – industrialização em nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva – que conjuntamente impliquem o aproveitamento das potencialidades existentes na propriedade e/ou em seu entorno.

Para Schneider et al (2003) a noção de pluriatividade tem sido usada como recurso para analisar e explicar o processo de diversificação do trabalho que ocorre no âmbito das unidades familiares de produção. A pluriatividade serve ainda para mostrar a transição da função da agricultura que, além de produzir alimentos e gerar emprego (permitindo a acumulação de capital), se apresenta hoje como um setor multifuncional, que, além do caráter produtivo, também contribui com a preservação ambiental e para a dinamização do espaço rural.

A emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não agrícolas. A pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estas estão inseridas. Objetivamente, a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura (SCHNEIDER, 2004 apud SCHNEIDER et al, 2006, p. 139).

A pluriatividade também se manifesta em situações em que a integração dos membros das famílias de agricultores aos mercados passa a ocorrer, também, pela via do mercado de trabalho. Este processo tanto ocorre naquelas situações em que os agricultores já estão inseridos em mercados de produtos (normalmente agropecuários), bens e serviços ou em outros nos quais a integração produtiva é muito incipiente e a venda da força de trabalho passa a ser a mercadoria de troca dos agricultores com o mercado. Assim:

Isto significa primeiro, que este processo promove e aprofunda a inserção do agricultor familiar nos circuitos mercantis e, segundo, que esta inserção ocorre segundo as características previamente existentes nos territórios, podendo ocorrer concomitantemente em mercados de produtos (nas situações em que vigora o sistema de integração agroindustrial, por exemplo) e de trabalho ou apenas por meio da venda da força de trabalho.

Basicamente o aparecimento da pluriatividade está acompanhado do processo de

mercantilização, que se associa aos processos de externalização da agricultura na medida em que há uma crescente interação com os mercados para além daqueles associados aos produtos e serviços agropecuários. Assim, a compreensão da pluriatividade como estratégia de reprodução na agricultura familiar passa, “necessariamente, pela consideração de que a mercantilização na agricultura ocorre por meio da externalização dos processos produtivos e de inserção em mercados de trabalho não agrícola” (SCHNEIDER et al, 2006, p. 140).

Em estudo realizado no Rio Grande do Sul, Schneider et al (2006) identificaram que as famílias pluriativa têm menor vulnerabilidade e exposição aos condicionantes climáticos e de mercado, em razão, principalmente, da maior diversificação de seus rendimentos. Porém, nesta pesquisa os autores concluíram que:

O incremento na renda total das unidades advindo das atividades não agrícolas não tem grande impacto na melhoria da qualidade de vida nem mesmo no conforto doméstico, pois na maior parte das vezes são utilizados para financiar o sustento da família e gastos com despesas pessoais e investimentos na propriedade (SCHNEIDER et al, 2006, p. 159).

Para Carneiro (2006), a pluriatividade surgiu em função de algumas condições: a modernização técnico-produtiva da agricultura; a terceirização agrícola; a queda das rendas agrícolas decorrente do custo crescente da produção para fazer frente à concorrência de uma agricultura modernizada; e as mudanças nos mercados de trabalho incluindo a descentralização (e interiorização) de indústrias. Deve-se acrescentar que o declínio dos preços agrícolas atingiu a maior parte dos produtos nos anos de 1990 e este quadro foi resultado da abertura comercial, da ampliação dos mercados e da concorrência externa.

Segundo a autora, a pluriatividade pode ser praticada em determinadas situações e ser abandonada posteriormente, tanto para o retorno definitivo das atividades agrícolas, quanto pelo seu abandono. Quando a pluriatividade é exercida pelos jovens, filhos de agricultores, busca-se a obtenção de recursos para inovar ou diversificar a forma de exploração da propriedade, além de viabilizar o acesso a bens de consumo individuais que a renda familiar agrícola não permite.

De modo geral, deve-se tomar como unidade de análise a família agrícola e não o indivíduo quando se trata do tema da pluriatividade. Isto é correto, pois as atividades individuais dentro da unidade familiar estão intimamente articuladas aos projetos familiares. Segundo Carneiro (2006), as atividades exercidas por um membro da família, de algum modo, afetarão o conjunto do grupo familiar. Portanto, a pluriatividade seria necessariamente

familiar.

Ainda, considerando que a ruralidade atual está cada vez mais influenciada por valores e práticas urbano-industriais, é cada vez mais comum que, sobretudo os jovens, busquem inserções no mercado de trabalho (urbano ou rural) visando autonomia financeira ou mesmo uma complementação da renda familiar.

Metodologia:

Utilizou-se da pesquisa qualitativa, que trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e compartilhada por seus semelhantes (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 1993). O método de estudo foi o monográfico ou estudo de caso e as técnicas de pesquisa foram a bibliográfica, utilizando-se de fontes secundárias de pesquisa como livros, capítulos de livros e artigos, censo agropecuário do IBGE de 2006, entre outras; e a pesquisa de campo através de entrevistas. O trabalho de campo foi realizado junto aos agricultores familiares que desenvolvem a agroindustrialização da produção e com o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Secretaria da Agricultura e Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Guarapuava-PR. Os sujeitos incluídos na pesquisa foram os agricultores familiares de Guarapuava que desenvolvem agroindústrias familiares.

Resultados e discussões:

O estímulo às agroindústrias familiares no município de Guarapuava surgiu em 2013, a partir do Programa Vida Rural, da Secretaria da Agricultura. Segundo a prefeitura municipal, foram investidos desde aquela data aproximadamente R\$ 13 milhões em máquinas, equipamentos e insumos (cedidos às associações de agricultores via comodato). O agricultor familiar da localidade de Monte Alvão, no Distrito de Guairacá, O. Z., teve incentivo para sair da ilegalidade e desenvolver a agroindústria de embutidos. “Eu vendia

clandestino, de casa em casa. Através da legalização da agroindústria familiar, minha produção aumentou” (PRFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA, 2015).

Para E. C., médica veterinária da Secretaria da Agricultura de Guarapuava (2017):

Os produtores mais produziam e entregavam ao mercado do que beneficiavam. O produtor de leite somente entregava à Cooperativa, não o transformava na propriedade. Nós conhecíamos muita gente que trabalhava clandestinamente, principalmente com produtos de origem animal. Não havia, no interior, ninguém formalizado.

Ainda em 2013 começou-se a construção de um cadastro com agricultores que se interessavam em produzir a partir de agroindústrias. “Ai nós começamos a visitar as propriedades e fizemos uma seleção dos que podiam participar, pois tinham as mínimas condições”. Muitos agricultores não tinham condições para produzir ao mercado e tinham que realizar adequações na produção. Assim, as orientações iniciais da Secretaria da Agricultura foram para que houvesse melhorias na base da produção (infraestruturas, higiene, boas práticas de fabricação), mesmo àqueles estabelecimentos familiares que já realizavam a venda ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como as panificadoras comunitárias. Atualmente há dez agroindústrias de panificados, uma de mel, uma de queijos, duas de embutidos e um abatedouro de galinhas caipiras.

Além das melhorias obtidas nos produtos de origem animal (ovo caipira, mel, salame, linguiça e queijo), também houve intervenções para estimular a produção de minimamente processados de hortaliças e verduras, a fim de agregar valor. Para isso, já foram adquiridos oito equipamentos para elaborar os miniprocessados. Para E. C., Secretaria da Agricultura (2017):

Estes miniprocessados são entregues para a merenda e estamos tentando agora, num segundo momento, demonstrar aos agricultores que a venda apenas para o mercado institucional (PNAE) não é uma garantia, de que eles devem buscar outros mercados, porque chegam às férias escolares e não tem para quem entregar e daí para quem vai esta produção. Isto é, eles não podem ficar dependendo do PNAE para distribuir a produção. Às vezes, o miniprocessado é mais caro do que a merenda escolar pode comprar, e ai tem que vender o *in natura*.

Percebe-se que o papel do Estado é apoiar os(as) agricultores(as) para que busquem diversificar, não somente a matriz produtiva, como também os canais de comercialização. Mas isto já é uma realidade, pois uma agroindústria de alimentos minimamente processados

do município já vende a restaurantes, além da venda às feiras itinerantes do produtor (ocorrem de terça a sábado em diferentes bairros da cidade de Guarapuava).

Entretanto, apesar dos avanços, a comercialização dos produtos das agroindústrias ainda está muito restrita a feiras e a merenda escolar. Além disso, o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) de Guarapuava busca atender aos produtores com assistência técnica na produção (mesmo que o quadro de recursos humanos seja escasso) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) tem desenvolvido cursos de gestão e de boas práticas de produção aos agricultores.

No I Colóquio Universidade x Comunidade, realizado na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), em outubro de 2016, questionou-se junto aos participantes (estudantes, agricultores, docentes) sobre as estratégias / ações que a juventude rural necessita. Nos debates apontou-se que, primeiramente, o jovem rural necessita de incentivo para permanecer no campo. Da mesma forma, o mesmo precisa que seu trabalho seja valorizado, seja pelo incentivo da família para implantar na propriedade o que aprende (nas escolas técnicas e universidade), seja pelas políticas públicas, como, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Assim, segundo os participantes do Colóquio, uma boa estratégia para o aumento da motivação desses jovens, pode ser estabelecida através de cursos, palestras, aulas práticas e projetos, a fim de, entre outros objetivos, qualificar a mão de obra.

Considerações Finais

A grande maioria das agroindústrias familiares atuantes hoje em Guarapuava é o resultado das ações da Secretaria Municipal da Agricultura em parceria com a Emater. No que se refere a alimentos para a alimentação escolar (PNAE) a maior dificuldade, ainda sentida pelos agricultores, é manter a continuidade de oferta. Para que isso não seja uma barreira, há que se reforçar a assistência técnica, para que os agricultores familiares possam garantir mercado.

Do ponto de vista dos avanços pode-se ressaltar, conforme A.C. Secretaria de Agricultura (2017):

Eles tiveram um pouco mais de independência financeira, principalmente o produtor de verdura, pois ele estava muito condicionado a venda *in natura* aos mercados. E aí eles sofriam muito com isso, porque além do mercado pagar um preço ruim, muito

abaixo do que eles queriam, ainda tinham as devoluções, que tinham que recolher e jogar fora e aí perdiam muita coisa. Hoje não. Porque mesmo que o agricultor leve apenas à feira ele vende tudo e não tem desconto.

Os próximos passos junto aos agricultores será estimular a busca de novos mercados, além de profissionalizar a gestão contábil das agroindústrias. Em síntese, a intenção é estabelecer uma relação saudável entre os saberes dos agricultores familiares e a atuação da assistência técnica da Emater e da Secretaria da Agricultura. Em relação às panificadoras comunitárias, A.C. comentou que houve desistências, devido às distâncias de algumas comunidades rurais até a sede (algumas ficam a 50 km).

Por fim deve-se acrescentar que, apesar da presença de jovens nas agroindústrias familiares, a mão de obra é predominantemente de homens e mulheres adultos ou já idosos. Constata-se deste modo que a assistência técnica, a extensão rural e políticas públicas são necessárias para pensar um desenvolvimento rural que inclua efetivamente os jovens rurais.

Referências Bibliográficas

ALENTEJANO, Paulo Roberto. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade brasileira? In: TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda; COSTA, Maria Regina Caetano. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - SOBER, 2006.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, Sérgio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário. 2006. <Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1258&z=t&o=11>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

_____. Censo demográfico. 2010. <Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1258&z=t&o=11>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Ângelo. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Revista Rio de Janeiro**, n. 18-19, jan.-dez. 2006.

MINAYO, Maria C. de S. (org.); DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. 2015. **Programa melhora qualidade de vida dos pequenos produtores**. Disponível em: < <http://www.guarapuava.pr.gov.br/noticias/programa-melhora-qualidade-de-vida-dos-pequenos-produtores/nggallery/page-4/>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio et al. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, Sérgio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.